

**EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO
PORTUÁRIA - EMAP**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024**

EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionista da
Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP
São Luís - MA

Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP** ("EMAP" ou "Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Retificação de erros

Durante o exercício de 2024, a Administração da Empresa efetuou ajustes contábeis referente à depreciação acumulada de exercícios anteriores no montante de R\$ 34.663 mil, que foram contabilizados no resultado do exercício, na Rubrica "Despesas gerais e administrativas", consequentemente, apurou impostos sobre o lucro a menor em R\$ 11.785. As práticas contábeis adotadas no Brasil, por meio do CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, determinam que correções de erros sejam contabilizadas em contrapartida as contas afetadas pelo erro e as demonstrações contábeis comparativas reapresentadas de forma a refletir a referida correção. A Administração da Empresa não efetuou os ajustes de forma retrospectiva, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, consequentemente, em 31 de dezembro de 2024 o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão apresentados a menor em R\$ 22.878 mil.

Ativo intangível

Não foi possível confirmar ou verificar, por meios alternativos, o saldo registrado na Rubrica "Intangível", incluído no balanço patrimonial no valor total de R\$ 27.229 mil em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 22.061 mil em 31 de dezembro de 2023), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 13 às demonstrações contábeis. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se há necessidade de efetuar ajustes em relação ao saldo de intangível registrado nos balanços patrimoniais, assim como aos elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo nessa data.

Obras em andamento - recursos próprios

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, a EMAP possui registrado em obras em andamento o montante de R\$ 200.711 mil. Em 2024, foi realizado um levantamento patrimonial onde foi identificado o valor de R\$ 33.020 mil relacionado a ativos que já estão em operação, porém sem o respectivo registro da depreciação no montante total de R\$ 8.274. Dessa forma, o ativo e o patrimônio líquido estão registrados a maior em R\$ 8.274 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Contabilização de Juros sobre Capital Próprio (JCP)

Na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a EMAP reconheceu Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no valor de R\$ 55.417 mil na Rubrica “Despesas financeiras”. Todavia, conforme Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, o JCP é instituído pela legislação tributária, incorporado ao ordenamento societário brasileiro por força da Lei nº 9.249/95, cujo tratamento contábil deve seguir o tratamento dado ao dividendo obrigatório.

Impostos sobre o lucro - Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

A EMAP excluiu da base de cálculo dos impostos sobre o lucro do exercício de 2024 o valor da depreciação dos ativos recebidos por meio de convênios pactuados com o poder concedente decorrentes de investimentos realizados na infraestrutura do Porto no montante de R\$ 34.343 mil. Dessa forma, o valor do imposto sobre o lucro registrado no resultado está a menor em R\$ 11.676. Assim sendo, o resultado e o patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão registrados a maior no referido montante.

Reconhecimento de receita de contrato de arrendamento (outorga)

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 10 às demonstrações contábeis, em abril de 2021, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) divulgou o resultado dos Leilões nºs 06/2020, 07/2020, 08/2020 e 09/2020, referentes aos Códigos de Identificação nºs IQI03, IQI11, IQI12 e IQI13, respectivamente, localizados no Porto de Itaquí, os quais totalizaram um valor da outorga no montante de R\$ 216.300 mil, cujo montante correspondente aos 25% do valor da outorga, definido na Cláusula nº 27.2.2 dos respectivos editais, foram pagos e contabilizado, pela Empresa, na Rubrica de “Receita” em 2021, como obrigação prévia à celebração dos contratos de arrendamento, sendo o restante do valor da outorga a ser pago em cinco parcelas anuais nas condições previstas nos respectivos contratos de arrendamento (duas parcelas já recebidas até 31 de dezembro de 2024), assinados em agosto de 2021, com prazo de 20 anos contados da data de celebração do Termo de Aceitação Provisória e Permissão de Uso de Ativos. Conforme CPC 47 - Receita de contrato com cliente, ainda que a taxa inicial não restituível se refira à atividade que a Empresa é obrigada a empreender na celebração do contrato, ou próximo a ela, para cumprir o contrato, essa atividade não resulta na transferência de bem ou serviço prometido ao cliente. Em vez disso, a taxa inicial é um pagamento antecipado por bens ou serviços futuros e, portanto, deve ser reconhecida como receita quando esses bens ou serviços forem fornecidos. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2024 o resultado do período e o patrimônio líquido estão apresentados a maior em R\$ 28.466 mil e R\$ 53.392 mil, respectivamente, e o passivo a menor em R\$ 81.859 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações contábeis, anteriormente referidas, incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob responsabilidade da Administração da Empresa. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do valor adicionado. Com base em nossa auditoria, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas Demonstrações do Valor Adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 21 de março de 2025.

Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
	<u>Notas</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>		<u>Notas</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa	6	390.514	355.158	Fornecedores	14	25.824	14.982
Valores de terceiros	7	1.565	1.711	Folha de pagamento/provisões/encargos		9.067	7.599
Contas a receber de clientes	8	25.684	27.195	Impostos e contribuições a recolher	15	10.409	7.909
Almoxarifado		325	306	Juros sobre capital próprio	21	255.329	199.911
Impostos e contribuições a recuperar	9	183	3.696	Provisão participação nos resultados		12.999	11.816
Outras contas a receber		485	333	Arrendamento tegram a apropriar	17	6.081	6.081
Direitos de outorga	10	32.445	32.445	Outras contas a pagar	18	3.619	3.969
				Outorgas a apropriar	10	32.445	32.445
Total do ativo circulante		451.200	420.844	Total do passivo circulante		355.772	284.712
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber de clientes	8	750	-	Arrendamento tegram a apropriar	17	67.399	73.480
Depósitos Judiciais	11	4.322	4.502	Convênios a comprovar	19	16.207	294.324
Impostos e contribuições a recuperar	9	33.816	24.422	Provisão para contingências	16	1.221	1.177
Direitos de outorga	10	64.890	97.335	Outorgas a apropriar	10	64.890	97.335
Bens de Terceiros - Bens da União	12	1.127.654	1.057.219	Subvenções a apropriar	20	243.773	-
Intangível	13	27.229	22.061				
Total do ativo não circulante		1.258.661	1.205.539	Total do passivo não circulante		393.490	466.315
				Patrimônio Líquido	22		
				Capital Social		370.668	370.668
				Reservas e retenção de lucros		589.931	504.688
				Total do patrimônio Líquido		960.599	875.356
Total do ativo		1.709.861	1.626.383	Total do passivo		1.709.861	1.626.383

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	23	426.934	440.643
Custos	24	(130.497)	(118.209)
Lucro bruto		296.437	322.434
Despesas gerais e administrativas	25	(173.488)	(148.276)
Resultado financeiro		(22.491)	(18.633)
Receitas financeiras		34.782	34.391
Despesas financeiras		(57.273)	(53.024)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		100.458	155.525
Tributos sobre o Lucro	26	(15.216)	(29.355)
(-) Provisão para Contribuição Social		(7.287)	(15.488)
(-) Provisão para IRPJ		(20.219)	(42.998)
(+) Receita de Subvenção -Redução IRPJ SUDENE		12.290	29.131
Lucro líquido do exercício		85.243	126.170

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP**Demonstrações do resultado abrangente****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023***(Em milhares de Reais)*

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	<u>85.243</u>	<u>126.170</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes do período	<u>85.243</u>	<u>126.170</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas e retenção de lucros			Resultado do Exercício	Total
		Reserva Legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Lucros		
Em 31 de Dezembro de 2022	370.668	32.730	31.438	314.350	-	749.186
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	126.170	126.170
Constituição de reserva legal	-	6.308	-	-	(6.308)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	39.018	-	(39.018)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	80.844	(80.844)	-
Em 31 de Dezembro de 2023	370.668	39.038	70.456	395.194	-	875.356
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	85.243	85.243
Constituição de reserva legal	-	4.262	-	-	(4.262)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	46.633	-	(46.633)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	34.348	(34.348)	-
Em 31 de Dezembro de 2024	370.668	43.300	117.089	429.542	-	960.599

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	85.243	126.170
Imposto de renda	20.219	42.998
Contribuição social	7.287	15.488
(-) Receita de Subvenção - Redução IRPJ SUDENE	(12.290)	(29.131)
Juros sobre capital próprio	55.417	52.818
Amortização	2.217	2.033
Depreciação	24.061	8.012
Baixa de Bens de Terceiros - Bens da União, líquidas	115	-
Provisão de contingências	44	531
Fluxo de caixa das atividades operacionais	182.314	218.919
Cientes	761	(6.643)
Almoxarifado	(19)	(58)
Impostos e contribuições a recuperar	(5.881)	(10.544)
Valores de Terceiros	146	(307)
Outros créditos a receber	(152)	140
Depósitos Judiciais	180	217
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante	(4.965)	(17.195)
Fornecedores	10.842	2.023
Obrigações estimadas, folhas de pagamento	1.468	808
Impostos e contribuições a recolher	(12.716)	(31.660)
Participação nos lucros	1.183	2.512
Arrendamento tegram a apropriar	(6.081)	(6.081)
Outras contas a pagar	(351)	(3.320)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante	(5.654)	(35.718)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	171.695	166.006
Aquisições de bens de terceiros - Bens da União	(128.955)	(45.278)
Aquisições no ativo intangível Próprio	(7.385)	(936)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(136.340)	(46.214)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	35.355	119.792
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	355.158	235.366
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	390.514	355.158
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	35.355	119.792

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP

Demonstrações do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas	484.778	500.703
Receita da operação portuária	259.983	274.811
Receita de arrendamento	220.500	225.661
Perdas/(reversão) de créditos de liquidação duvidosa	1	5
Outras receitas	4.293	227
Insumos adquiridos de terceiros	(159.458)	(153.913)
Custos dos serviços prestados	(80.092)	(74.624)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(79.366)	(79.290)
Valor adicionado bruto	325.320	346.790
Depreciação, amortização e exaustão	(26.278)	(10.045)
Valor Adicionado líquido produzido pela entidade	299.041	336.744
Valor adicionado recebido em transferências		
Receitas financeiras	36.477	36.068
Valor adicionado total a distribuir	335.519	372.813
Distribuição do valor adicionado	335.519	372.813
Pessoal	101.550	88.460
Remuneração direta	81.270	70.382
Benefícios	15.296	13.835
F.G.T.S.	4.984	4.242
Impostos, taxas e contribuições	91.452	105.159
Federais	78.230	91.382
Estaduais	210	15
Municipais	13.012	13.762
Remuneração de capitais de terceiros	1.856	206
Despesas financeiras		
Remuneração de capitais próprios	140.660	178.988
Juros sobre capital próprio	55.417	52.818
Lucro líquido do exercício	85.243	126.170

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

*(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)***1 Informações gerais e contexto operacional**

Empresa Maranhense de Administração Portuária (a “EMAP” ou a “Empresa”) é uma empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, autonomia administrativa, técnica, patrimonial e financeira, criada pela Lei Estadual nº 7.225, de 31 de agosto de 1998, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE-MA) - Poder Executivo, em 10 de setembro de 1998, com SEDE e foro na cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão regida pelo seu Estatuto Social e pelas disposições legais vigentes, vinculando-se à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Programas Estratégicos (SEDEPE) conforme Lei Estadual n.º 11.727 de 25 de maio de 2022.

A EMAP tem por objeto social realizar, em harmonia com os planos e programas do Governo do Estado do Maranhão e do Governo Federal, a administração e exploração comercial de Portos e instalações portuárias no Estado do Maranhão, assim como exercer a atividade de autoridade portuária na forma prevista na Lei Federal n.º 12.815 de 05 de junho de 2013, em razão do Convênio de Delegação Nº 016/2000, do art. 52 da Lei Estadual n.º 9.340 de 28 de fevereiro de 2011 e do previsto na Lei n.º 11.013 de 24 de abril de 2019, contemplando critérios econômicos de viabilização dos investimentos e a estratégia de desenvolvimento econômico e social do Estado do Maranhão, e especificamente: administrar, operar, explorar e desenvolver o Porto Organizado do Itaqui, em São Luís; o Cais de São José de Ribamar em São José de Ribamar, o terminal de Ferry Boat da Ponta da Espera, em São Luís-MA, o terminal do Cujupe, em Alcântara – MA; e o Complexo Industrial e Portuário do Maranhão, assim como exercer competências administrativas dos serviços de transporte aquaviário intermunicipal (atualização conforme Lei Estadual nº 11.909, de 29 de março de 2023).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2 Base de preparação

As demonstrações contábeis da EMAP são de responsabilidade da administração, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, Lei 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 21 de março de 2025.

3 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de R\$ (Reais) que é a moeda funcional da Empresa.

5 Principais práticas contábeis**5.1 Ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Os ativos devem ser classificados como circulante quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

- Estiverem disponíveis para realização imediata; e
- Tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem, por exemplo, os valores de equivalentes de caixa, depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis, aplicações financeiras em fundos de investimentos com baixo risco e resgate imediato.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

5.3 Instrumentos financeiros

Redução ao valor recuperável (*impairment*) - Ativos financeiros e ativos contratuais

O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Compensação de instrumentos financeiros

- 5 Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da empresa. Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

O critério utilizado pela Empresa para constituir PECLD é de análise individual de contas julgadas de difícil recebimento.

5.5 Subvenções Governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que as condições estabelecidas para o benefício estão sendo cumpridas pela Empresa. Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

5.6 Bens de terceiros – Bens da União

Os bens de terceiros (Bens da União) são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação e perdas com ajuste ao valor recuperável (*impairment*). O custo dos bens de terceiros inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, como também custos de financiamentos relacionados com ativos qualificáveis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Os ganhos e perdas com alienações são reconhecidos na Demonstração do Resultado.

O saldo de imobilizado em andamento compõe-se de bens em construção ou recuperação, cujos valores são transferidos para rubrica de “Bens de terceiros – Bens da União”, após a conclusão, comprovado pelo respectivo termo de recebimento definitivo da obra.

Embora estes bens estejam demonstrados no Balanço Patrimonial, são bens reversíveis para a União, conforme determinação do Convênio de Delegação n.º 016/2000 em conformidade com as regras estabelecidas na Resolução Normativa nº 43 de 31 de março de 2021 pela ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

Note-se que os bens cedidos pela empresa CODOMAR para a EMAP, conforme previsto na cláusula quinta Convenio de Delegação n.º 016/2000, estão registrados em conta de compensação.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a empresa e esses custos possam ser mensurados com confiabilidade.

A Empresa utiliza as taxas de depreciação que entende refletir a vida útil econômica dos bens móveis e imóveis, calculada pelo método linear considerando o custo do item e seu valor residual.

Espécie	Taxa anual
Edificações portuárias	4%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Equipamentos marítimos	10%
Veículos	20%
Equipamentos de informática	25%

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

5.7 Arrendamento de áreas

Os contratos de arrendamentos de áreas estão baseados em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos de áreas para os quais o arrendatário não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do controle do ativo, são classificados como arrendamentos operacionais.

5.8 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, resultado do desenvolvimento de software ou de direitos contratuais ou de outros direitos legais. Os intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição, produção ou desenvolvimento de software, deduzido da respectiva amortização, calculada pelo método linear ao longo de suas vidas úteis.

O CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, orienta que a contabilização de ativo intangível acontece quando este for identificável e possuir vida útil definida.

5.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens e/ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até doze meses. Caso contrário, serão apresentadas como passivo não circulante.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

5.10 Provisões

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando: a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Empresa possui ações judiciais cíveis e trabalhistas decorrentes de sua atividade operacional. As provisões são constituídas considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, sendo estas classificadas segundo seu grau de risco (provável, possível ou remota).

As provisões são revisadas e ajustadas levando em consideração as circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5.11 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e incluem os rendimentos, encargos e variações monetárias incidentes sobre ativos e passivos, quando aplicável.

5.12 Reconhecimento de receitas

A receita é apresentada líquida dos impostos, cancelamentos e descontos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

A Empresa avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelos pronunciamentos contábeis:

- Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
- Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
- Determinar o preço de cada tipo de transação;
- Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos;
- Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

As receitas são reconhecidas pelo regime de competência e são reportadas nas demonstrações contábeis do exercício a que se referem.

5.13 Instrumentos financeiros por categoria

	31/12/2024	31/12/2023
Custo amortizado		
<u>Ativos, conforme o balanço patrimonial</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	390.514	355.158
Contas a receber de clientes	26.435	27.195
Outras contas a receber	485	333
	31/12/2024	31/12/2023
<u>Outros passivos, conforme o balanço patrimonial</u>		
Fornecedores	25.824	14.982
Juros sobre capital próprio	255.329	199.911
Outras contas a pagar	3.619	3.969

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	-	1
Conta corrente	75	204
Aplicações financeiras	390.439	354.953
	390.514	355.158

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 390.514 (R\$ 355.158 em 31 de dezembro de 2023), compreendem, por exemplo, conta corrente, caixa em espécie e depósitos líquidos de aplicações financeiras imediatamente resgatáveis.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo referentes às atividades operacionais da Empresa.

7 Valores de terceiros

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de valores de terceiros é no montante de R\$ 1.565 (R\$ 1.711 em 31 de dezembro de 2023), refere-se às garantias (caução) contratuais pagas tanto pelos prestadores de serviços contratados pela EMAP, quanto pelos arrendatários de áreas na poligonal do Porto do Itaqui, cujos valores recebidos são depositados em conta bancária – poupança em nome da EMAP. Estes valores são atualizados, mensalmente, pelo índice da poupança. Ao término dos contratos eles serão devolvidos para os titulares da garantia devidamente atualizados pelo índice da poupança nos termos da Lei 13.303/2016 Art. 70 e parágrafos do § 1º ao 4º.

8 Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Clientes	30.593	31.543
(-) PECLD	<u>(4.158)</u>	<u>(4.348)</u>
	<u>26.435</u>	<u>27.195</u>
 Circulante	 25.684	 27.195
Não Circulante	750	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

A Administração da Empresa avalia periodicamente a inadimplência de seus clientes. Esta análise é realizada individualmente para saldos considerados de difícil recebimento, considerando principalmente o histórico de recebimento. Quando identificado indícios de perda dos valores, uma provisão para perdas é constituída.

9 Impostos e contribuições a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante	183	3.696
ISS	-	-
IRRF	183	3.145
CSLL	-	551
Ativo não circulante	33.816	24.422
IRPJ	30.889	22.817
CSLL	2.927	1.605
Total	33.999	28.118

(a) Em conformidade com as normas contábeis vigentes, tendo em vista que os valores de IRPJ e CSLL não possuem previsão de realização dentro do exercício financeiro corrente, em 31 de dezembro de 2024, os saldos foram apresentados no ativo não circulante.

10 Direito de outorga/outorgas a apropriar

Referem-se ao direito de outorga do arrendamento de novas áreas (terminais) conforme processo de leilão promovido pela ANTAQ ocorrido no mês de abril em 2021, resultando no montante do valor de R\$ 216.300 conforme segue:

Terminal	Cliente	Contrato N°	Valor
IQI03	Santos Brasil Participações S.A.	007/2021	61.300
IQI11	Santos Brasil Participações S.A.	008/2021	56.000
IQI12	Santos Brasil Participações S.A.	005/2021	40.000
IQI13	Ultracargo Logística S.A.	006/2021	59.000
Total			216.300

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

No decorrer do exercício de 2024, no mês de abril, a EMAP recebeu dos clientes Santos Brasil Participações S.A e Ultracargo Logística S.A., o valor de R\$ 39.274 correspondente a 25% do valor da Outorga ofertada em leilão, restando o saldo de R\$ 97.335 correspondente a 50% do valor total a ser pago anualmente até 2027 em montantes totais de R\$ 32.445.

2021	2023	2024	2025	2026	2027
25%	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
15.325	9.195	9.195	9.195	9.195	9.195
14.000	8.400	8.400	8.400	8.400	8.400
10.000	6.000	6.000	6.000	6.000	6.000
14.750	8.850	8.850	8.850	8.850	8.850
54.075	32.445	32.445	32.445	32.445	32.445

Os valores a receber nos exercícios de 2025 a 2027 serão reajustados anualmente pela variação do IPCA.

Ativo

Direitos de outorga

31/12/2024	31/12/2023
97.335	129.780
97.335	129.780

Circulante

Não circulante

32.445	32.445
64.890	97.335

Passivo

Outorgas a apropriar

31/12/2024	31/12/2023
97.335	129.780
97.335	129.780

Circulante

Não circulante

32.445	32.445
64.890	97.335

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

*(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)***11 Depósitos judiciais**

Em conformidade com as normas contábeis vigentes, tendo em vista que os valores de depósitos judiciais não possuem previsão para realização dentro do exercício corrente. Em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 4.322 (R\$ 4.502 em 31 de dezembro de 2023) foi apresentado no ativo não circulante.

12 Bens de terceiros – Bens da União

O conjunto dos bens, demonstrados nos quadros abaixo, evidenciam o saldo dos bens de terceiros – bens da União que foram adquiridos na vigência do Convênio de Delegação n.º 016/2000 com vigência de 25 (vinte e cinco) anos e com previsão de renovação por igual período.

Os bens demonstrados nesse grupo obedecem às regras estabelecidas na Resolução Normativa nº 43 de 31 de março de 2021 – que estabelece critérios e procedimentos para a reversibilidade de bens nos portos organizados, bem como a incorporação e da desincorporação de bens da União nos portos organizados, conforme determinação da ANTAQ.

Abaixo apresenta-se a composição líquida dos Bens de terceiros – Bens da União:

	31/12/2024	31/12/2023
Bens Imóveis	872.135	705.265
Bens móveis	14.568	12.684
Bens móveis convênios	253	253
Bens em montagem	21.282	14.398
Obras em andamento	219.416	324.619
Total	1.127.654	1.057.219

A seguir apresenta-se a movimentação dos Bens de terceiros – Bens da União:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

	31/12/2023	Adições	Depreciações	Baixas	Transferências	31/12/2024
Bens imóveis	705.264	-	(52.113)	-	218.984	872.135
Benfeitorias em imóveis	410.173	-	(52.113)	-	218.984	577.044
Terrenos	295.091	-	-	-	-	295.091
Bens móveis	12.684	4.959	(6.292)	(115)	3.331	14.567
Móveis e utensílios	1.977	612	(321)	(82)	-	2.186
Equipamentos de informática	3.967	4.285	(1.770)	-	-	6.482
Máquinas e equipamentos	2.803	62	(816)	(33)	-	2.016
Veículos	1.849	-	(466)	-	-	1.383
Defensas marítimas e cabeços	2.088	-	(2.919)	-	3.331	2.500
Bens móveis - Convênio	253	-	-	-	-	253
Subtotal I	718.201	4.959	(58.405)	(115)	222.315	886.955
Obras em andamento						
Recursos próprios	236.362	117.112	-	-	(152.763)	200.711
Recursos de terceiros	88.258	-	-	-	(69.552)	18.706
Subtotal II	324.620	117.112	-	-	(222.315)	219.417
Bens móveis em montagem						
Bens em montagem	14.398	6.884	-	-	-	21.282
Subtotal III	14.398	6.884	-	-	-	21.282
Total geral (I+II+III)	1.057.219	128.955	(58.405)	(115)	-	1.127.654

As imobilizações mais representativas no exercício de 2024 decorrentes de transferências de obras em andamento foram:

- Berço 108;
- Benfeitoria em terreno área A-02;
- Recuperação estrutural do Berço 103;
- Recuperação estrutural do Berço 106;
- Pavimentação das áreas G e H.

Um ponto relevante foi a ativação de itens do Berço 108 abrangendo além de sua construção, benfeitorias no sistema elétrico e de iluminação, banheiro coletivo, defensas marítimas e cabeços totalizando o montante de R\$ 109.659. Parte dessa ativação cujo valor é de R\$ 33.426 foi reflexo da reclassificação contábil do acordo judicial celebrado nos autos do Processo nº 0816501-47.2017.8.10.0001, de autoria da Cejen Engenharia Ltda. que tramitou em grau de recurso perante à Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Tal reclassificação contábil deu-se embasada nas deliberações constantes nos autos do Processo Administrativo de nº 0871/2024, dentre as quais constam a manifestação da engenharia da EMAP, Fiscalização do Contrato nº 033/2012, objeto Construção do Berço, a Nota Técnica da gerência financeira, o Parecer nº 760/2024 da gerência jurídica.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

13 Intangível

	31/12/2023	Adições	Amortização	31/12/2024
Softwares e direitos	24.683	7.385	-	32.068
(-) Amortizações acumuladas	(2.622)	-	(2.217)	(4.839)
	22.061	7.385	(2.217)	27.229

14 Fornecedores

No quadro abaixo, evidenciam-se os valores mais representativos quanto ao valor total a pagar de fornecedores.

	31/12/2024	31/12/2023
Itaqui Berço 98 SPE Ltda.	7.122	-
Arwo Tecnologia Construção e Serviços Ltda.	2.014	-
LCM Construção e Comércio S.A.	1.988	-
Ancora Manutenção e Serviços Ltda. - ME	1.941	1.598
Tech Lead Serviços e Comércio de Informática Ltda.	1.576	-
AGR Botelho Engenharia Ltda.	1.193	-
Copabo Infraestrutura Marítima - São Luis	961	-
Edro Engenharia Ltda.	866	2071
CCA Comunicação e Propaganda Ltda.	851	-
Cap. Protensão e Construções	830	1.152
Belov Engenharia Ltda.	-	2.021
Habili Engenharia e Construção Ltda.	-	867
Rohde Nielsen do Brasil Dragagem Ltda.	-	845
Ecopel Serviços Eireli	-	679
Maxtec Serviços Gerais e Man. Industrial	-	664
Nórcia Vigilância Patrimonial Eireli - ME	-	546
EMSERH - Emp. Mar. de Serv. Hospitalares	-	448
Infras Engenharia Ltda.	-	409
Outros	6.482	3.682
Total	25.824	14.982

15 Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2024	31/12/2023
ISS	2.047	1.370
INSS	2.907	2.348
FGTS	630	547
PIS	373	252
COFINS	1.753	1.190
IRRF	2.114	1.817
Outros	585	385
	10.409	7.909

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

*(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)***16 Provisão para contingências**

A EMAP possui demandas judiciais, que são analisadas e avaliadas pelo setor jurídico da Empresa quanto à necessidade ou não de proceder com a provisão de valores para os processos classificados com grau de risco de perda como “PROVÁVEL”.

Os processos relativos a tributos são todos na esfera administrativa, e são originários dos fiscos Federal e Municipal, que são acompanhados mensalmente, garantindo assim, o cumprimento dos prazos para impugnação e envio de documentação solicitada obedecendo os prazos legais.

Não houve alteração relevante no saldo de provisão para contingências no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 na comparação com o saldo apresentando em 31 de dezembro de 2023. As demandas trabalhistas incluem como principais alegações a supressão de pagamento de verbas trabalhistas e rescisórias de trabalhadores contratados por empresas terceirizadas prestadoras de serviço da EMAP.

A Empresa tem empreendido amplos esforços para a solução dos processos existentes e, principalmente, a avaliação das causas raiz para aperfeiçoar a gestão, ajustar procedimentos e mitigar a probabilidade de novas ocorrências. No quadro abaixo está demonstrado os saldos provisionados:

	31/12/2024	31/12/2023
Demandas judiciais cíveis	803	1.114
Demandas judiciais trabalhistas	418	63
Total	1.221	1.177

Adicionalmente, a Empresa possui processos judiciais classificados com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 562.589.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

*(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)***17 Arrendamento Tegram a apropriar**

A Empresa mantém contratos de arrendamento de área para operação, inclusive a construção do Terminal de Grãos do Maranhão-TEGRAM com as empresas Terminal Corredor Norte S.A, Amaggi Louis Dreyfus Zen-Noh Terminais Portuários S.A, Viterra Logística e Terminais Portuários S.A e CGG Trading S.A que cedeu seus direitos e obrigações à Corredor Logística e Infraestrutura S.A por meio de termo aditivo ao contrato de arrendamento nº 010/2012/01, passando assim a ser a titular do referido contrato.

A remuneração dos contratos de arrendamento é composta por outorga fixa e outorga variável, pagas mensalmente. Na data da assinatura dos contratos, foram pagos à vista os valores denominados a: 1) oportunidade de negócio no valor de R\$ 144.015 e 2) down payments no valor de R\$ 7.680.

Estes valores são reconhecidos no resultado do exercício mensalmente, com período de fruição igual à vigência dos contratos de arrendamento. O quadro abaixo demonstra a posição dos arrendamentos.

	31/12/2024	31/12/2023
Oportunidade de negócios	69.779	75.551
Downpayment	3.701	4.010
	73.480	79.561
Circulante	6.081	6.081
Não Circulante	67.399	73.480

18 Outras contas a pagar

No grupo outras contas a pagar no passivo, apresentado em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$ 3.619 (3.969 em 31 de dezembro de 2023) temos a seguinte abertura: R\$ 1.565 (vide nota 7) concernentes à caução depositados por prestadores de serviços e arrendatários que são controlados individualmente por contratos, R\$ 919 relativos a despesas provisionadas de exercícios anteriores pendentes de documentação comprobatória pela contratada e R\$ 1.135 de outros valores a devolver.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

*(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)***19 Convênios a comprovar**

A Empresa recebeu investimentos através de convênios celebrados com o DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e com a SEP Secretária de Portos para aplicação na ampliação e melhorias da infraestrutura do Porto do Itaqui. Todos os projetos foram executados dentro do prazo de vigência dos convênios.

O valor de R\$ 16.207, apresentado em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 294.324 em 31 de dezembro de 2023), no Balanço Patrimonial (passivo não circulante) deve-se ao fato que as prestações de contas foram protocoladas juntos aos respectivos órgãos concedentes, mas ainda estão em fase de análise; ou aguardando emissão de documento de conclusão final. Abaixo, apresentamos o detalhamento de cada convênio:

a. Convênio N.º SEP/001/2007-05

Objeto: Execução de dragagem de parte do canal de acesso e junto aos Berços 100 a 103 e dragagem e construção do aterro hidráulico da retroárea dos berços 100 e 101.

Prazo de vigência: 21/12/2007 a 01/01/2011.

Status: Prestação de contas enviada para SEP, e aguarda-se análise do DNIT, considerando que houve a transferência das atribuições da SEP para o DNIT conforme Lei nº 13341/2016.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

*(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)***20 Subvenções a apropriar**

A Empresa recebeu subvenções governamentais com o objetivo de garantir suas operações e incentivar o desenvolvimento de suas atividades. Essas subvenções foram concedidas de acordo com as normas estabelecidas em convênios e termos de compromisso celebrados com o DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e com a SEP Secretária de Portos conforme detalhamento nesta nota.

Tais subvenções foram registradas em conformidade com os princípios contábeis aceitos e com base no Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistência Governamentais.

Essas subvenções são apropriadas ao resultado de forma sistemática e racional, na mesma proporção em que são incorridas as despesas relacionadas às condições associadas a elas, neste caso, em se tratando de aquisições de ativos imobilizados, os valores são reconhecidos no resultado ao longo da vida útil dos ativos, proporcionalmente à depreciação.

Para fins de tributação, o art. 30 da Lei nº 12.973/2014 e o art. 523 do Decreto nº 9.580/2018 determinam a exclusão dos valores relacionados às subvenções para investimento na determinação do lucro real, base de cálculo do IRPJ e CSLL. No que se refere ao PIS e a COFINS, tanto as subvenções de custeio como as de investimento, não se amoldam ao conceito de faturamento, logo, estão fora do campo de incidência das contribuições, vide Acórdãos 9303-005.270 e 9303-005.503, julgados em 2017 pela 3ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF).

Durante o exercício findo em 31/12/2024, foram apropriadas ao resultado receitas no montante de R\$ 34.343, diretamente relacionadas às subvenções governamentais recebidas por meio dos termos e convênios citados nessa nota explicativa. Esse valor está classificado na conta "Receitas de Subvenção DNIT/SEP".

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Por conseguinte, houve no presente exercício, o reconhecimento de subvenções a apropriar no montante de R\$ 243.773 mil conforme detalhamento dos termos e convênios a seguir:

a) Convênio DNIT/AQ/173/2003/00

Objeto: execução das obras de ampliação e melhoramento da infraestrutura portuária do Porto do Itaqui.

Obras contempladas: Construção do Berço 100 e alargamento do Cais Sul; Recuperação dos Berços 101 e 102; Sistema de segurança e gerenciamento eletrônico - ISPS CODE; Modernização do sistema de atracação a laser e monitoramento ambiental do Porto.

Saldo de Subvenção a apropriar: R\$ 198.350

b) Convênio DNIT AQ 00.01.0226/2004

Objeto: construção e instalação portuária para inspeção fitossanitária e construção do complexo administrativo portuário do Porto do Itaqui.

Obras contempladas: Posto Vigiagro; Prédio Centro de Negócios.

Saldo de Subvenção a apropriar: R\$ 494 mil

c) Termo de compromisso SEP/012/2011 e Termo de compromisso SEP/04/2014

Objeto: execução de obras civis de construção do Berço 108 (Terminal de Granéis Líquidos); Banheiro coletivo do Berço 108; Sistema de defensas do Berço 108; Sistema elétrico e de iluminação do Berço 108, no Porto do Itaqui.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

*(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)***Saldo de Subvenção a apropriar: R\$ 44.929 mil****21 Juros sobre o capital próprio**

No que se refere ao tratamento contábil do JCP – Juros sobre Capital Próprio, há dois aspectos que são obedecidos pela EMAP:

- (i) Quanto ao aspecto do reconhecimento da obrigação de pagar ao acionista o valor do JCP, este, é equiparado ao pagamento de dividendo quando se iguala ou ultrapassa os dividendos devidos aos acionistas.
- (ii) Quanto ao aspecto do benefício fiscal aplicado ao JCP, aplica-se, à EMAP, toda a legislação que abrange qualquer empresa, dentre elas, a Lei nº 9.249/1995, que dispõe sobre o imposto de renda das pessoas jurídicas, nos termos do art. 9º, *“a pessoa jurídica poderá deduzir, para efeitos da apuração do lucro real, os juros pagos ou creditados individualizadamente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP”*.

A EMAP reconhece, na demonstração de resultados, o JCP, no grupo de Despesas Financeiras e no Balanço Patrimonial, no grupo de Passivo Circulante, calculados mensalmente com base no saldo contábil do Patrimônio Líquido aplicando-se a TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

Dessa forma, a EMAP segue a determinação da legislação fiscal, em especial, os procedimentos em conformidade com a IN SRF Nº 11/1996 Art. 29 e 30, onde determina que, para fins de dedutibilidade do valor pago a título de JCP, a pessoa jurídica deverá, em contrapartida, contabilizá-lo a débito em conta de despesa financeira, conforme disposto nos artigos nº 29, § 3º e nº 30, parágrafo único, da IN SRF nº 11/1996.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo é no montante de R\$ 255.329 (R\$ 199.911 em 31 de dezembro de 2023).

22 Patrimônio líquido**Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito da EMAP é de R\$ 375.668 (capital realizado R\$ 370.668; e capital a integralizar R\$ 5.000) representado por 375.668.391 (trezentos e setenta e cinco milhões, seiscentas e sessenta e oito mil, trezentos e noventa e uma) ações nominativas com valor unitário de R\$1,00 (um real), conforme Decreto nº. 36.331 de 11 de novembro de 2020, republicado em 31 de dezembro de 2020, tendo como único acionista o Governo do Estado do Maranhão.

Reservas e retenção de Lucros**Reserva legal**

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a Lei nº. 6.404/76 no Art. 193 e limitada a 15% do capital social como descrito no estatuto social da EMAP. A Empresa apresenta um saldo de reserva legal no montante de R\$ 43.300 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 39.038 em 31 de dezembro de 2023).

Reservas de incentivos fiscais

O saldo da reserva de incentivos fiscais é de R\$ 117.089 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 70.456 em 31 de dezembro de 2023).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Reservas de lucros

O saldo da reserva de lucros a realizar é de R\$ 429.542 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 395.194 em 31 de dezembro de 2023).

23 Receita líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta	484.776	500.698
Tarifas e serviços	259.983	274.811
Arrendamento	175.145	181.789
Arrendamento TEGRAM	6.081	6.081
Arrendamento de Áreas IQI 03/11/12 e 13	39.274	37.790
Outras Receitas	4.293	227
Dedução da receita	(57.842)	(60.055)
(-) Impostos sobre o faturamento	(57.842)	(60.055)
Receita líquida	426.934	440.643

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve variação negativa de 3,2% na Receita Bruta em relação ao exercício do ano anterior. Por conseguinte, as principais movimentações de carga foram celulose, clínquer, fertilizante, cobre, soja, trigo, grãos líquidos e receitas de arrendamentos de áreas no Porto do Itaqui.

24 Custos por natureza

	31/12/2024	31/12/2023
Custos com pessoal	(50.202)	(43.510)
Custos com infraestrutura portuária	(19.239)	(24.620)
Custos gerais (a)	(56.569)	(46.633)
Custos com materiais	(950)	(647)
Custos com serviços essenciais	(3.537)	(2.799)
	(130.497)	(118.209)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

(a) Os custos gerais, compreendem, principalmente, gastos com serviços terceirizados de administração e manutenção preventiva, preditiva e corretiva, instalações de infraestrutura, atualização técnica de programas de computadores, suporte técnico de solução e gerenciamento de banco de dados Oracle, suporte e manutenção de sistemas, serviços técnicos de suporte e atualização de software com SLA e na modelagem para gestão de conteúdo empresarial-ECM.

O valor de 60.000 mil originário da despesa de indenização à terceiros (Cejen Engenharia Ltda) oriundos do acordo judicial nos autos do processo de nº 0816501-47.2017.8.10.0001 apropriado anteriormente nesse grupo foi reclassificado, após deliberações das áreas de engenharia, gerência financeira, gerência jurídica e auditoria externa apensadas ao processo administrativo da EMAP de nº 871/2024, da seguinte forma:

R\$ 33.426 mil – Obras em andamento - EMAP, decorrente de investimentos na infraestrutura do Porto, Berço 108; R\$ 25.000 mil – Despesas gerais/administrativas; R\$ 1.574 mil – Despesa financeira, respectivamente.

Os custos, em dezembro de 2024, no demonstrativo acumulado, apresentaram aumento de 10,4% em relação ao exercício anterior, com destaque para custos com pessoal, custo com infraestrutura portuária, custos com serviços essenciais e custos gerais.

25 Despesas gerais e administrativas por natureza

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal/encargos e benefícios	(67.803)	(58.886)
Despesas gerais (a)	(77.353)	(76.974)
Materiais	(853)	(923)
Serviços essenciais	(1.157)	(917)
Provisão para contingências	(44)	(531)
Depreciação e amortização	(26.278)	(10.045)
	(173.488)	(148.276)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

(a) As despesas gerais referem-se a incremento de despesas nas rubricas de levantamentos, estudos e projetos, estudo de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental, suporte e manutenção de sistemas, pesquisa quantitativa e descritiva com o objetivo de medir o nível de satisfação dos clientes.

O quadro de despesas gerais e administrativas, no exercício de 2024, apresenta um aumento de 17,0% comparado ao exercício anterior, com destaque para despesas com pessoal/encargos e benefícios.

Nesse quadro houve impacto da reclassificação contábil de R\$ 60.000 mil proveniente da indenização à terceiros (Cejen Engenharia Ltda) oriundos do acordo judicial nos autos do processo de nº 0816501-47.2017.8.10.0001 apropriado anteriormente no grupo de custos gerais e reclassificado o montante de R\$ 25.000 mil para despesas gerais e administrativas, após deliberações das áreas de engenharia, gerência financeira, gerência jurídica e auditoria externa apensadas ao processo administrativo da EMAP de nº 871/2024.

26 Tributos sobre o lucro

A composição da despesa do imposto de renda e da contribuição social em 31 de dezembro de 2024 está demonstrada na tabela da alíquota efetiva a seguir:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes dos impostos sobre o lucro	112.749	112.749	184.656	184.656
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
	28.187	10.147	46.164	16.619
Adições				
Contribuições e patrocínios	3.997	3.997	2.926	2.926
Multas por infrações	460	460	3	3
Provisões para contingências	30.501	30.501	11.380	11.380
Outras despesas não dedutíveis	10.431	10.431	23.219	23.219
	45.389	45.389	37.528	37.528
Exclusões				
Incentivo Sudene - Redução IRPJ 75%	(12.290)	(12.290)	(29.131)	(29.131)
Reversão das provisões	(30.458)	(30.458)	(10.849)	(10.849)
Receita de subvenção DNIT/SEP	(31.343)	(31.343)	(9.887)	(9.887)
Devolução de Convênios	(77)	(77)	(229)	(229)
	(74.168)	(74.168)	(50.096)	(50.096)
Lucro real base para IRPJ e CSLL	83.969	83.969	172.088	172.088
IRPJ e CSLL	(20.219)	(7.287)	(42.998)	(15.488)
Incentivo PAT	-	-	-	-
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	(20.219)	(7.287)	(42.998)	(15.488)
Alíquota efetiva (Excluindo IRPJ/CSLL)				
(-) IRPJ subvenção Governamental	(12.290)	-	(29.131)	-
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	(7.929)	(7.287)	(13.867)	(15.488)
Alíquota efetiva	-9,4%	-8,7%	-8,1%	-9,0%

No demonstrativo do exercício de 2024 evidencia-se uma variação negativa de 48,2% no imposto recolhido (IRPJ e CSLL) se comparado ao exercício anterior. Essa variação, refere-se essencialmente ao aumento significativo dos custos e despesas enfrentados pela EMAP no exercício em análise, como percebe-se nas notas nº 24 Custos por natureza e nº 25 Despesas gerais e administrativas por natureza. Estes fatores impactaram na margem de lucro, reduzindo o lucro operacional e, conseqüentemente o Lucro Real, base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social devidos.

O Lucro Real apurado é o resultado fiscal do exercício, partindo do resultado contábil e considerando as adições e exclusões à base de cálculo conforme legislação tributária vigente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Ressalte-se que a Empresa usufrui da Subvenção Governamental que reduz o IRPJ em 75% nos termos do Laudo Constitutivo nº 0342/2022 homologado pela Receita Federal, Despacho Decisório nº 2.528-2023/EBEN/DEVAT/SRRF03/DRF/SLS em 02 de junho de 2023.

27 Partes Relacionadas

A remuneração global dos administradores que corresponde a benefícios de curto prazo no exercício de 2024 foi de R\$ 5.979 mil (R\$ 5.294 em 2023).

28 Eventos Subsequentes

Não ocorreram fatos relevantes entre a data final do exercício e a data de aprovação da emissão dessas demonstrações contábeis.

São Luís, 21 de março de 2025.

Isa Mary Pinheiro de Oliveira Mendonça

Presidente em Exercício

Diretora de Administração e Finanças

Alisson Dalmo Pereira Lopes

Gerente de Finanças

EMAP/GEFIN

Maristela Silva Araújo

Contadora

CRC/MA 008645/O-2